
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO ENFOQUE DA LITERATURA CIENTÍFICA: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação

*Documental Heritage in the focus of scientific literature: Bibliometric study at Base de dados em
Ciência da Informação - BRAPCI*

Luiz Carlos da Silva (1), Marcelo Calderari Miguel (2), Rosa da P. Ferreira da Costa (3)

(1) Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil, luiz.c.silva@ufes.br. (2), Brasil,
marcelo.miguel@edu.ufes.br. (3) Brasil, rosa.costa@ufes.br

Resumo

Analisar como a temática ‘patrimônio documental’ aparece nos periódicos da Ciência da Informação é o objetivo desse estudo. Para identificar conteúdos na literatura científica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando resgatar na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) os itens documentais sobre esta temática. O estudo focaliza três parâmetros: a) levantar os artigos publicados sobre patrimônio documental em periódicos da Ciência da Informação; b) verificar quais os periódicos mais representativos para a área arquivística; e c) descrever o perfil dos autores mais produtivos na análise do patrimônio documental de acordo com sua titulação e instituição de origem. Observa-se que desde 1989 a base de dados tem a indicação de 272 itens documentais, dos quais 169 (62,13% do total) se enquadraram nos parâmetros estabelecidos para efetivação deste estudo, isto é, os artigos científicos do período de 2010 a 2020. Assim, a pesquisa apresenta as três revistas que mais publicam sobre patrimônio documental: *Ágora - Arquivologia Em Debate*, com 21 artigos; *‘Em Questão’*, com 13 itens; e *‘Informação & Informação’*, com nove publicações.

Palavras-chave: Arquivologia. Ciência da Informação. Diretrizes de preservação. Patrimônio Documental. BRAPCI.

Abstract

Analyzing how the theme 'documentary heritage' appears in Information Science journals is the objective of this study. To identify content in the scientific literature, a bibliographic search was carried out in order to retrieve in the Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) the documentary items on this theme. The study focuses on three parameters: a) collecting articles published on documentary heritage in Information Science journals; b) verify which journals are most representative for the archival area; and c) describe the profile of the most productive authors in the analysis of documentary heritage according to their title and institution of origin. It is observed that since 1989 the database has the indication of 272 documentary items, of which 169 (62.13% of the total) fit the parameters established for the accomplishment of this study, that is, the scientific articles of the period from 2010 to 2020. Thus, the research presents the three magazines that most publish on

documentary heritage: *Ágora - Arquivologia Em Debate*, with 21 articles; 'In Question', with 13 items; and 'Information & Information', with nine publications.

Keywords: Archivology. Information Science. Preservation guidelines. Documentary Heritage. BRAPCI.

1 Introdução

O tema patrimônio é interdisciplinar e a preocupação com o patrimônio documental vem sendo objeto de pesquisa em várias áreas, dentre elas, a Arquivologia.

A Arquivologia brasileira está em fase de transição com o surgimento de uma geração de novos pesquisadores e intelectuais que, conforme Crivelli e Bizello (2012 55) apontam, estão “dedicados e críticos às suas questões, o que nos mostra um horizonte bastante promissor [...] a aproximação da Arquivologia com temas de outras áreas do conhecimento também promete gerar como frutos uma visão mais abrangente dos arquivos” e, claro, complementando a literatura científica, o enfoque da importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação.

A década de 2010, ou segunda década do século XXI (também referida como anos 2010), fomenta profundas transformações no âmbito da arquivística: amadurecimento de cursos de Arquivologia que tiveram grande expansão (na primeira década foram criados nove novos cursos de graduação em Arquivologia, em todas as regiões do Brasil); os avanços das tecnologias de informação, comunicação e digitalização; aparecimento da Geração Z; evolução e ampliação das políticas públicas de preservação do patrimônio e dos processos de patrimonialização – tendo a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas.

Ao observar o sítio eletrônico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) nota-se, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, a existência de sete grupos de estudos, envolvendo instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no campo da Ciência da Informação e História, para a questão do patrimônio documental.

Diante dos desafios e provocações que essa temática expressa no âmbito da Comunicação e Ciência da Informação, como a temática ‘patrimônio documental’ aparece nos periódicos da Ciência da Informação, no período de 2010 a 2020? Para responder a essa questão, traçam-se três objetivos específicos: a) levantar os artigos publicados com foco em ‘patrimônio documental’ em periódicos da Ciência da Informação; b) identificar quais revistas têm maior representatividade no âmbito de promoção de estudos sobre patrimônio documental; e c) descrever o perfil dos autores mais produtivos na área arquivística de acordo com sua titulação e instituição de origem. Por conseguinte, o estudo identifica artigos nos periódicos da Ciência da Informação que tenham por escopo estruturar uma abordagem envolvendo a temática ‘patrimônio documental’, no âmbito das produções acadêmicas.

Convém destacar que tal assunto, como dito anteriormente, é interdisciplinar e há um rol de diferentes visões quanto à natureza e limites dos arquivos. Assim, o enfoque do trabalho traz como resultante a pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar a visibilidade do tema patrimônio documental nos periódicos da Ciência da Informação, além de conhecer os periódicos científicos nos quais o tema patrimônio documental mais são publicados.

2 Reflexões teóricas e práticas

Em 1972 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) adotou a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, cujo objetivo é “incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade,” estabelecendo uma classificação na qual “o Patrimônio Cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico” (Brasil 2014).

O patrimônio material é formado pelos bens tangíveis, constituídos por obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos e demais elementos com valor histórico, artístico e científico. O patrimônio documental, foco deste estudo, pertence à categoria que engloba os demais elementos.

Os Arquivos, como patrimônio cultural, são categorizados como patrimônio material, classificados como bens tangíveis de valor histórico e científico, assim como patrimônio de

Silva, Luiz Carlos. da, et al. “Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação”. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

valor coletivo, por ser de interesse de uma coletividade, como por exemplo, os documentos produzidos por instituições públicas e com valor individual, documentos pessoais que muitas vezes também agregam valores sentimentais.

Funari e Pelegrini (2009 p. 11-2) comentam que “o conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado do direito de propriedade. Entre os romanos a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos, logo não era possuidora de *patrimonium*”. Afirmam que “com a difusão do cristianismo e o predomínio da Igreja (a partir dos séculos IV – V) em especial na Idade Média, ao caráter aristocrático do patrimônio acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso”. Reforçam que passa a existir “a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos”.

O Renascimento produz uma mudança de perspectiva no embate entre a aristocracia e o humanismo, que surge com o aumento dos valores humanos em contraposição ao domínio da religião, ou seja, o combate ao teocentrismo. Citam Funari e Pelegrini (2009 p. 12) que “buscaram inspiração na Antiguidade grega e o Renascimento da glória dos antigos”.

Quanto ao patrimônio moderno, enfatizam os mesmos autores que derivam do Antiquariado e explicam que se originaram através dos humanistas, que amavam coisas antigas (moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica, estatuária em metal e em mármore, etc.). Afirmam que a preocupação com o patrimônio rompe com as bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais (Funari e Pelegrini 2009).

O patrimônio no Estado monárquico (até o século XVIII) não era público e compartilhado, mas privado e aristocrático, pertencente à casa real “na forma de coleções de antiguidades, como no acervo dos papas que, hoje, está no museu do Vaticano” (Funari e Pelegrini 2009 p. 15).

Os autores Funari e Pelegrini (2009 p. 17) citam que o moderno conceito de patrimônio foi cunhado a partir da criação do estado nacional moderno, na França, com a revolução de 1789. A Revolução Francesa destruiu os fundamentos do antigo reino e instituiu a República, refletida na cidadania. Contudo, a unificação tardia italiana, em meados do século XIX, foi um bom exemplo do surgimento do conceito de patrimônio: “não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território”.

No Brasil, a institucionalização da proteção do patrimônio, com a entrada do Estado na questão, se efetivou em 1936, quando o ministro Gustavo Capanema Filho se mobilizou para as iniciativas, já em curso desde os anos 20, visando à proteção dos monumentos e obras de artes nacionais (Fonseca 2005).

Ainda segundo Fonseca (2005), o projeto de criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi apresentado em uma primeira versão no anteprojeto de Mário de Andrade e formulado pelo decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, de autoria do Rodrigo M. F. de Andrade, sendo que o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) começou a funcionar experimentalmente sob a direção do autor do decreto.

Comentam Funari e Pelegrini (2009) que, apesar do esforço do órgão “em preservar o patrimônio brasileiro, não podemos ignorar o fato de que a legislação referente ao tema se baseou na observância da função da propriedade, restrito a conservação de bens móveis e imóveis considerados memoráveis”, deixando excluídos os bens culturais de natureza imaterial.

Citam os autores que as atividades e novas funções do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), ficariam a cargo de superintendências regionais e escritórios técnicos, museus e casas históricas, mediados por normativas como o Decreto Lei nº 2809, de 23 de novembro de 1940, que, por sua vez, dispôs sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares ao órgão (Funari e Pelegrini 2009). Comentam ainda, esses mesmos autores, que a promulgação da Constituição de 1946 inaugurou a preocupação com a proteção de documentos históricos e a reafirmação do prescrito na Constituição de 1937.

Funari e Pelegrini (2009) apresentam que, durante o governo de Juscelino Kubischek (1956-1961), o IPHAN teve-se a campanhas patrimonialísticas em defesa do folclore brasileiro. A Carta Constitucional de 1967 criou novas categorias de bens a serem preservados, elegendo como patrimônio as jazidas e os sítios arqueológicos. As relações entre o Estado e os produtores culturais foram abaladas após a decretação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, pela ditadura militar. Provocou impasses à proteção do patrimônio cultural brasileiro, pois inúmeras obras passaram a sofrer intervenções e proibições.

Nos anos 70, cogitou-se inserir matérias relacionadas ao patrimônio nacional nos currículos do ensino fundamental, médio e superior. O programa de Reconstrução das Cidades Históricas, estabelecido pelo governo federal em 1973, centrou na recuperação de bens de “pedra e cal!” e no incremento do turismo em áreas de tradição histórica e cultural. Em 1975, o Ministério da Educação e Cultura implantou o primeiro plano oficial na área cultural, denominado Plano Nacional da Cultura. Em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória com o objetivo de driblar os entraves burocráticos e agilizar a captação de recursos para realizar programas e projetos na área de cultura (Funari e Pelegrini 2009).

Funari e Pelegrini (2009) afirmam que, na década de 1980, houve proteção a monumentos religiosos não católicos, como a proteção a templos religiosos negros. Essa excepcionalidade representou marco nas ações do Iphan. Ademais, foram tombadas, também, as árvores sagradas e a vegetação ritual do entorno. Essa política de bens a serem preservados foi reforçada pelas políticas de incentivo fiscal voltada à cultura. A Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, constituiu um impulso no âmbito do patrimônio ambiental e por outro lado propiciou o desenfreado marketing cultural.

Fonseca (2005) relata que a Constituição de 1988 levou à mobilização a sociedade brasileira e foram discutidos temas entre os quais estão inclusos indígenas, negros e minorias em geral, ‘nas comissões predominaram as vozes oficiais’. Como indicador da percepção da questão cultural, por parte da sociedade, foram elaboradas as emendas populares. Predominou uma preocupação nacionalista, beirando a xenofobia, na defesa da identidade brasileira, ameaçada pela invasão de elementos estrangeiros na língua, na música, na propaganda etc. Foram discutidos temas como estímulo à produção cultural, a proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico, a crítica aos conteúdos culturais na educação, a defesa da diversidade cultural e das culturas das minorias e os efeitos da cultura de massa no imaginário social.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu art. 23 que: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos [...]” (Brasil 1988 p. 18).

Arboit e Martins (2013 p. 174) reportam que a partir da leitura da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8159/91, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja Seção II tem como título *Da Preservação do Patrimônio Público*, é admissível constatar que há na esfera das instituições públicas brasileiras uma ausência de normas especificamente relacionadas à fiscalização de ações quanto à preservação, à gestão e as despesas de conservação do patrimônio público (Brasil 2000). Apesar de ser considerada uma modalidade do patrimônio cultural na legislação, considera-se que o ‘patrimônio documental’ não possui a mesma visibilidade que as demais.

Considerando a sua importância, o tema patrimônio documental ainda é pouco discutido. Essa provocação pauta a necessidade de expandir uma reflexão sobre essa temática: isso mostra a necessidade de se expandir uma reflexão sobre essa temática, bem como auxilia a construir tantas outras projeções possíveis ao avanço de estudos e no processo de desenvolver produtos e serviços, leis e práticas, habilidades e conhecimentos novos.

2.1 Patrimônio Documental

Verifica-se que o ‘patrimônio documental’ de uma nação pode ser pensado como um “conjunto de manifestações intelectuais, científicas ou artísticas, oriundas da atividade intelectual de seus cidadãos, materializadas através dos mais diversos suportes de registro do conhecimento humano” (Rodrigues 2016 p. 117).

O patrimônio documental mundial pertence a todos, e deve ser completamente preservado e protegido por todos [...] Com essa visão, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - fundou em 1992 o Programa Internacional Memória do Mundo (Biblioteca Nacional 2019 p.1).

Este tema também tem sido objeto de discussão na UNESCO, que lançou o Programa Memória do Mundo (MoW) em 2002, sendo que:

O Programa Memória do Mundo da UNESCO – MoW – promove a preservação e acesso ao patrimônio documental (arquivístico e bibliográfico) da humanidade. O primeiro objetivo do programa é garantir a preservação, pelos meios mais adequados, do patrimônio documental que tem um significado mundial e incentivar a preservação do patrimônio documental de importância nacional e regional. Pretende também aumentar a conscientização nos Estados-Membros da UNESCO quanto a seu patrimônio documental, especialmente aspectos dessa herança que são significativos em termos de uma memória global comum. (UNESCO 2002 p. 1).

Assim, no MoW houve um delineamento de diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental, o qual compreende elementos movíveis, “feitos de símbolos/códigos/sons e/ou imagens, preserváveis, reproduzíveis/transladáveis e fruto de um processo de documentação deliberado.” (UNESCO 2002 p. 11).

O Arquivo Nacional, através do seu site, manifesta a exclamação: “Imaginem se todo o patrimônio documental no mundo fosse destruído! Se todo o acervo dos museus, bibliotecas e arquivos fossem danificados! Se a história dos povos se perdesse!” (Arquivo Nacional 2017). Esta é a justificativa utilizada pelo Arquivo Nacional para a implementação do mencionado Programa Memória do Mundo.

Cita ainda que este programa foi criado em âmbito internacional e assim:

[...] a partir da preocupação de Frederico Mayor Zaragoza que, como Diretor-Geral da UNESCO, viu os efeitos da destruição da Biblioteca de Sarajevo, em 1992, durante a Guerra da Bósnia. Na ocasião, cerca de dois milhões de livros, periódicos e documentos, muitos deles raros ou únicos, foram danificados, configurando uma perda de valor incalculável. A percepção de que a maior parte da memória dos povos está contida em documentos bibliográficos e arquivísticos fisicamente frágeis e em constante risco por desastres naturais, guarda inadequada, roubos e guerras, exigia respostas que assegurassem a identificação desses acervos, sua preservação e acesso público (Arquivo Nacional 2017 p.1).

Posteriormente, comenta também que os objetivos principais do Programa Memória do Mundo são:

- assegurar a preservação, pelas técnicas mais apropriadas, do patrimônio documental com significação mundial;
- auxiliar o acesso universal ao patrimônio documental;
- aumentar a disseminação do conhecimento da existência e significação do patrimônio documental. (Arquivo Nacional 2017 p. 1).

O Programa é formado por uma rede de ações e, para selecionar os bens que deverão ser considerados patrimônio, estabelece critérios de avaliação de importância mundial do patrimônio documental. Os critérios definidos são:

Critério 1 – tempo: A idade, em termos absolutos, não converte um documento em importante, mas cada documento é um produto de seu tempo. Alguns documentos evocam especialmente sua época, que pode ter sido de crise, ou de mudança social ou cultural significativa. Um documento pode representar um novo descobrimento ou ser o “primeiro de seu tipo”.

Critério 2 – lugar: O lugar de criação é um atributo chave de importância. Pode conter informação fundamental sobre uma localidade importante na história e na cultura mundial, ou a própria localização pode ter exercido uma influência decisiva nos acontecimentos ou fenômenos representados pelo documento. Pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então.

Critério 3 – pessoas: O contexto social e cultural de sua criação pode refletir aspectos significativos do comportamento humano, ou circunstâncias sociais, industriais, artísticas ou políticas. Pode captar a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou regressões. Pode mostrar o impacto de indivíduos ou grupos chave.

Critério 4 – assunto e tema: O assunto pode referir-se a fatos históricos específicos ou desenvolvimentos intelectuais relacionados com as ciências naturais, sociais e humanas, a política, a ideologia, o esporte e a arte.

Critério 5 – forma e estilo: O elemento pode possuir um notável valor estético, estilístico ou linguístico, ser um exemplar típico ou chave de um tipo de apresentação, costume ou meio, ou de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento (UNESCO 2002 p. 25).

Verifica-se que são poucas as produções e publicações sobre o patrimônio documental e, logo, identifica-se escassas delimitações e definições sobre o tema. Portanto, Crivelli e Bizello (2019 p. 43- 6) alertam:

O conceito de patrimônio documental ainda não se encontra bem definido, seja em âmbito científico, legal ou prático. [...] A complexidade do conceito de documento pode ser encontrada já no desenvolvimento da teoria clássica da Documentação, trazida por Paul Otlet (1936) e seguida por Suzanne Briet (1951). [...] A preocupação efetiva com a preservação do patrimônio documental contou com um grande aliado apenas recentemente, durante a década de 1990, quando a United Nations for the Education, Science and Culture Organization (UNESCO) colocou em prática o Programa Memória do Mundo (MOW). Com o objetivo de identificar, registrar e nominar os conjuntos documentais de interesse para a preservação da memória coletiva, o Programa atua em três níveis territoriais: o nacional, o regional e o mundial. Os acervos nominados recebem a certificação da UNESCO com o título de Patrimônio Documental da Humanidade.

Bellotto (2014) reporta que os documentos custodiados nos arquivos públicos foram produzidos para atender demandas administrativas, jurídicas, técnicas, científicas etc. e são considerados de valor informacional permanente porque foram criteriosamente selecionados dentre aqueles eliminados na fase avaliativa. Estes documentos são preservados e passam a constituir o patrimônio cultural, categorizados como patrimônio documental.

O conteúdo do patrimônio documental é constituído pelos documentos gerados pela sociedade (Bellotto 2014). Ou seja, constituem os acervos documentais, que:

[...] são patrimônios documentais e integram o patrimônio histórico. Este é considerado, por alguns autores, como um segmento do patrimônio cultural de uma nação ou de um povo. Mas, como a diferença que os elementos do patrimônio cultural estão em constante produção e em uso imediato, enquanto os elementos do patrimônio histórico são produtos acabados. São, mais que tudo, testemunhos, provas e, frequentemente, restam apenas amostra daquilo que já fora utilizado dentro da sua finalidade imediata da criação. Assim, o conteúdo formal e informativo dos arquivos permanentes/históricos é patrimônio histórico, tanto quanto o patrimônio edificado (Bellotto 2014 p. 187).

No Brasil, a Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre os arquivos públicos e privados, promulga que: “[...] é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação [...]” (Brasil 1991 p. 1).

Quanto à proteção aos documentos subentende-se ser a ‘preservação’. Micoud informa que “[...] a constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de patrimonialização” (2005 p. 81). Ou seja, o pesquisador indica que se deve analisar com base em “critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam valor representativo de grupamento humano e da memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso às gerações futuras”, para algo então ser considerado patrimônio. A atividade de patrimonialização, reporta Micoud (2005), é a perpetuação de uma entidade social no tempo, como um legado das gerações precedentes. Com essas considerações, especificamente em relação aos documentos de arquivos, se entende que:

[...] é perceptível a necessidade da preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos públicos podem e devem ser acessíveis à sociedade. Porém, observa-se que, da produção do documento pelos organismos públicos até o acesso à informação propriamente dito, é imprescindível a intervenção do Estado no que se refere à organização e salvaguarda, para, posteriormente, tornar o acervo acessível (Merlo e Konrad 2015 p. 30).

A partir dos autores apresentados anteriormente, é viável afirmar que: após a patrimonialização do documento permanente, é possível garantir mais um segmento de perpetuação da memória social que é uma herança adquirida através do somatório de experiências, tradições, fatos e acontecimentos referentes às relações da humanidade, que ficaram registradas e materializadas em suportes físicos que constituem o patrimônio. De similar modo, Rodrigues (2016) declara que:

[...] patrimônio documental, ou seja, um conjunto de bens patrimoniais de natureza documental, abarcaria toda a tipologia documental existente, incluindo tanto materiais de arquivo quanto de biblioteca [...] e o patrimônio documental como um todo poderia ser categorizado em patrimônio documental arquivístico, patrimônio documental bibliográfico, patrimônio documental audiovisual, patrimônio documental cartográfico, patrimônio documental digital, e assim por diante. Com base nestes conceitos, poder-se-ia pensar o patrimônio documental de uma nação como o conjunto de manifestações intelectuais, científicas ou artísticas, oriundas da atividade intelectual de seus cidadãos, materializadas através dos mais diversos suportes de registro do conhecimento humano (Rodrigues 2016 p. 117).

Convém lembrar, portanto, que o documento e sua relação com a história e a memória provocam diversos estudos ainda pouco abordados por pesquisadores brasileiros. Sob esse ponto de vista, há a necessidade de preservação do patrimônio documental visando o direito da sociedade ao acesso à informação e o anverso da recomposição documental segue a alocação de Merlo e Konrad (2015 p. 27):

Mas por que é preciso preservar o patrimônio documental? No diálogo exposto, é perceptível a “construção” da História, por meio dos conjuntos de documentos armazenados nos arquivos, que se tornam a memória da sociedade. E, sendo a sociedade detentora do direito de acesso à informação, assegurado pela Constituição Federal do Brasil, cabe à administração pública gerir e preservar o patrimônio documental para que, no momento em que os cidadãos requisitarem informações de interesse pessoal ou coletivo, estas sejam disponibilizadas.

A formação de um patrimônio documental se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, e cabe ressaltar que o estudo sobre a categoria de patrimônio documental – envolvendo a esfera de arquivos pessoais – é pouco explorado, correspondendo a uma bibliografia bastante escassa. Inclusive, as leis referentes a esses arquivos também são recentes.

2.2 Aplicação da bibliometria na construção de indicadores sobre a produção científica

A designação bibliometria foi cunhada no ano de 1969, por Alan Pritchard. Apesar disso, tal termo surgiu com vigor no princípio do século XX como forma dos cientistas e bibliotecários acompanharem o célere desenvolvimento das múltiplas áreas científicas (Faria 2015). Ainda segundo Faria, a bibliometria tem como essência a contagem de artigos científicos, patentes e citações, e nisso há o situar de resultados e de atividades:

Os indicadores bibliométricos, obtidos com base na contagem da produção científica e tecnológica publicada, são indicadores de resultados. A obtenção desses indicadores é importante tanto para macro e micro análises [...]. Os

indicadores de atividade são os mais simples. Eles são criados a partir da contagem de publicações e visam à elaboração de listas de frequência ou rankings de pesquisadores, instituições, empresas e países. Em alguns casos, os indicadores de atividade são relacionados a um período como um todo e em outras situações é feita a contagem de publicações levando em conta a evolução ano a ano, por exemplo. Os indicadores de atividade são importantes para indicar quanto esforço está sendo feito e por quem na pesquisa e desenvolvimento de determinado assunto. Também é uma informação sobre o dinamismo do assunto que está sendo estudado (Faria 2015, p. 11).

Faria (2015, p. 39) cita que a análise bibliométrica aprimorada – útil e de acuidade – carece do uso de “várias bases de dados sempre que possível. Bases de dados diferentes proporcionam pontos de vista diferentes e complementares sobre o assunto estudado, tornando mais confiáveis os indicadores”. Ele ressalta, ainda, que se deve “investir na preparação adequada dos dados que serão tratados”.

O painel de dados bibliométricos expõe limitações e, dessa forma, o tratamento automatizado da informação, fundamentado na análise bibliométrica, apresenta-se com alguns entraves: i) nem todo trabalho de pesquisa e desenvolvimento resulta em publicações – há conhecimento produzido que está além do alcance do diagnóstico bibliométrico; ii) a análise bibliométrica não leva em conta a qualidade da pesquisa, e a apreciação de citações, por exemplo, não representa um indicador preciso; iii) variam-se muito as práticas de publicação e citação de acordo com a área da ciência e da tecnologia e a instituição – isto tolhe formas de comparar resultados e produções, no que tange a diferentes áreas; iv) a comparação também é restringida por não haver sistemas de classificação e indexação de documentos perfeitos (Faria, 2015).

Portanto, os resultados da análise bibliométrica servem para pautar incipientes estudos acerca do ‘patrimônio documental’, o avanço do debate científico, tecnológico, cultural, educacional e político em outras nações.

3 Percurso metodológico

A metodologia deste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica; o estudo utiliza a abordagem quantitativa e qualitativa tanto para coletar os dados, quanto para o tratamento destes; assim, desenha-se um cunho exploratório no sentido de obter

familiaridade com o tema, em razão de que a ampliação do termo patrimônio documental aponta para a multiplicação de ações políticas e educativas num âmbito estratégico do país.

No que tange à delimitação do estudo, a busca na base de dados que convém à especificidade da análise é demarcada pelo âmbito da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), cuja função é reunir as revistas da área da Ciência da Informação e permitir realizar a formulação de busca ampla nos periódicos indexados sobre a temática, bem como sistematizar as buscas referenciais. (Costa, Miguel, e Silva 2020).

Bufrem *et al.* (2010 25) destaca que a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) “tem por objetivo subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação [...] [e] amplia o espaço documentário ao pesquisador; facilita a visão de conjunto da produção na área, ao mesmo tempo, que revela especificidades do domínio científico [...]”. Sendo assim, a base de dados se caracteriza por:

- a. Indexar os periódicos e anais de congressos científicos da área de ciência de informação;
- b. Disponibilizar revistas desde a data base do ano de 1972;
- c. Facilitar o acesso e a consulta direta a revistas científicas da Ciência da Informação.

O estudo foi realizado no final do mês janeiro de 2021, com a observação direta e organização dos resultados da busca (título, palavra-chave e resumo) possibilitando a contagem e exclusão das repetições de documentos. Os dados foram coletados na BRAPCI e tabulados no software Excel® (Office Home & Business 2019) – programa que facilita a filtragem, descrição e análise desses registros em termos iconográficos.

Convém destacar que a medida da produção científica “expandiu em várias áreas, especialmente na Ciência da Informação e consolida-se fortemente a partir de 1979, com a publicação do periódico internacional *Scientometrics*”, conforme relatam Vanz, Santin e Pavão (2018 p. 8). Desta forma, considera-se que indicadores bibliométricos contribuem para entender o avanço de estudos sobre o ‘patrimônio documental’ e a estabelecer leituras, pesquisas e documentos que promovem a discussão desta temática para a comunidade científica.

Para PenDlebury (2008), a análise bibliométrica oferece uma perspectiva global, uma revisão *top-down* que situa pesquisa e produtos em torno de um contexto, pois fornece dados

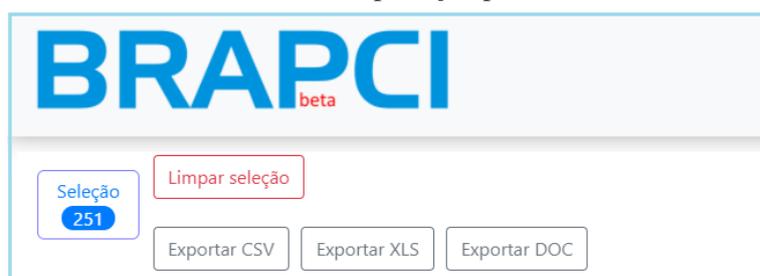
das atividades realizadas em uma área, ou seja, um resumo de dados que pauta uma perspectiva abrangente de dada temática. Destarte, o presente estudo, ao aplicar técnicas de bibliometria, tem o objetivo de identificar no tema ‘Patrimônio Documental’ as principais características da produção em periódicos científicos; a sessão a seguir traz um breve mapeado (análise quantitativa da informação) da produção científica numa ótica bibliométrica.

4 Apresentação e mapeamento dos resultados

A análise surge por meio do levantamento do termo ‘Patrimônio Documental’, na BRAPCI – totaliza 272 ocorrências. Adentrando em uma busca livre na BRAPCI, tem-se um indicativo geral de ‘251 itens’ documentais para o período de 2010 a 2020, contudo, a qualidade do diagnóstico se situa em três passos de sondagem e análise, ou seja, aplicam-se os seguintes momentos de filtragem/seleção:

i) a 1ª etapa ordena os artigos (Figura 1) numa planilha eletrônica e averíguam-se repetições ou duplicações de registros. Optou-se por não filtrar um recorte temporal nessa etapa, uma vez que a base de dados pode apresentar inconsistências, de fato apurou-se a quantidade de 38 (inconsistência de sintaxe), que se repetem no rol da busca, sem datação;

Figura 1 – BRAPCI e o contexto da exportação primária de dados (2010 a 2020)



Fonte: os autores, com base nos dados (2010 a 2020) da BRAPCI.

ii) a 2ª etapa apresenta itens documentais além do delimitado pela proposta de investigação (artigos científicos de periódicos da CI); e

iii) a 3ª etapa resulta em 169 itens documentais (2010 a 2020) da BRAPCI e compõem corpus literário para a análise de temática, sintetizados na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Mineração por filtros de exclusão para recuperação da amostra de estudo.

Documentos (N = 251)	1ª etapa – diagnóstico geral	2ª etapa – triagem por características estruturais	3ª etapa – crivo da pertinência temática e temporal
Exclusão de itens (filtros de exclusão)	38 duplicados	34 Editorial / Entrevista / Resenha / Poster / Notas	10 TCC / Encontros / Período analítico: 2010 a 2020
Total (após exclusão)	213	179	169

Fonte: os autores; busca em todos os campos (title, source, issue, year, session, keywords, abstract), 2021.

Assim, a análise e discussão dos resultados envolve essa triagem, aguça particularidades dos itens documentais pré-selecionados e conserva para a investigação da temática o recorte temporal de 2010 a 2020 (11 últimos anos), abrangendo 169 itens documentais.

Importante frisar que uma busca simples, sem aspas, e o uso de termo(s) de busca envolvendo ‘todos’ os campos resulta num universo de artigos localizados na BRAPCI relacionados diretamente à temática Destarte, se recuperam itens que expõem pontos de especificidade à temática acolhida; após seleção apura-se o total de 45 periódicos sendo que:

Tabela 2 – Descrição da quantidade de autores, periódicos e artigos.

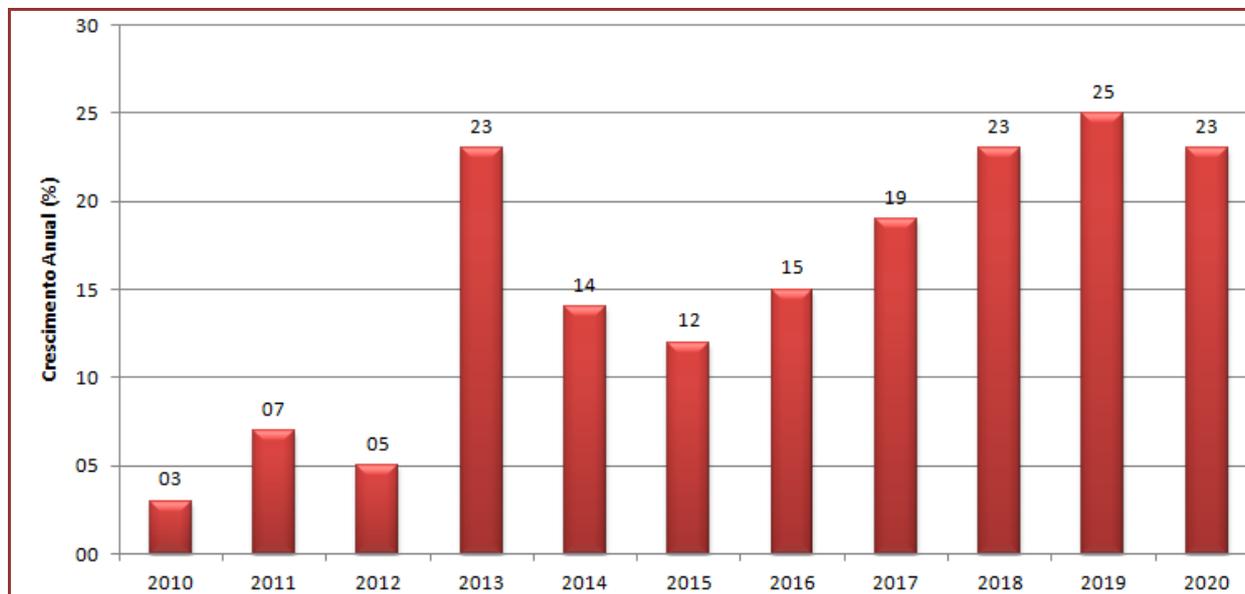
Quantitativo de Autor(es)	Quantidade de trabalhos	Percentual da produção
1 (autoria individual)	52	30,77%
2	76	44,97%
3	24	14,20%
4	9	5,33%
5	5	2,96%
> 5	3	1,78%
Total	169	100%

Fonte: os autores, dados da BRAPCI (no período 2010 a 2020) entre 45 revistas, jan. 2021.

A Tabela 2 mostra os itens documentais atinentes ao estudo, segundo a quantidade de autores, periódicos e artigos. Assim, destaca-se que 45% dos artigos analisados apresenta a autoria em dupla. Também se nota que não há destaque para uma revista em face da acolhida de comunicação do número maior de pesquisadores; isso é importante investigar, posto que certos periódicos, em suas políticas e diretrizes, limitam o quantitativo (máximo) de autores.

Assim, considerando os 45 periódicos e a temática, segue o comportamento dos dados no período de 2010 a 2020, conforme aponta o Gráfico 1.

Gráfico 1 – A produção acadêmico-científica sobre ‘patrimônio documental’



Fonte: os autores, com base nos dados (2010-2020) da BRAPCI, jan 2021.

O Gráfico 1 situa o percurso de 11 anos da temática na BRAPCI e, assim, aponta o quantitativo de publicações e o índice que situa o crescimento anual.

Em termo de quantitativo, se observa que a partir de 2013 o tema se torna mais recorrente em publicações de periódico científico, contudo, apesar de adquirir significação, a questão de estudos sobre ‘patrimônio documental’ situa uma produção média anual de 15 comunicações.

Os dados obtidos a partir desta pesquisa mostram que o ano de 2013 foi expressivo e apresenta um crescimento anual de 400%; entre os novos assuntos trabalhados nesse núcleo se destaca: o interesse por arquivos privados; a memória da universidade; a preservação de acervo; a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro; o fundo documental do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP-RJ); os arquivos distritais portugueses; os caminhos da patrimonialização documental; e os rumos da digitalidade e digitalização de documentos na ‘infoera’.

Tabela 3 – Principais periódicos com três ou mais publicações de 'patrimônio documental'

Periódicos Científicos	Issn	Qualis	Artigos	Totais
Ágora: Arquivologia em debate	0103-3557	B1	21	12,40%
Em Questão	1808-5245	A2	13	7,70%
Informação & Informação	1414-2139	A2	9	5,30%
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	2237-6658	B5	7	4,10%
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2178-2075	B1	6	3,60%
Acervo: Revista Do Arquivo Nacional	2237-8723	B2	6	3,60%
Memória e Informação	2594-7095	B4	6	3,60%
Informação Arquivística	2316-7300	B5	6	3,60%
Perspectivas em Ciência da Informação	1981-5344	A1	5	3,00%
Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)	0120-0976	A2	5	3,00%
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	1981-0695	B1	5	3,00%
Archeion Online	2318-6186	C	5	3,00%
Informação & Sociedade: Estudos	0104-0146	A1	4	2,40%
Palabra Clave (Argentina)	0122-8285	A2	4	2,40%
Ciência da Informação	1518-8353	B1	4	2,40%
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)	1983-5213	B1	4	2,40%
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	1983-5116	B1	4	2,40%
Cadernos BAD (Portugual)	0007-9421	B2	4	2,40%
Revista Fontes Documentais	2595-9778	B3	4	2,40%
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1518-2924	A2	3	1,80%
Ciencias de la Información (Cuba)	1606-4925	B1	3	1,80%
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1980-6949	B1	3	1,80%
Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud	2307-2113	B1	3	1,80%
Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)	2183-6671	B4	3	1,80%
Biblioteca Universitária (México)	2594-0074	-	3	1,8%
Bibliotecas. Anales de Investigación (Cuba)	2301-1505	-	3	1,8%
Uma/duas publicações (19 rev.)	-		26	15,4%
Total	45	Capes	169	100,00%

Fonte: dados recuperados entre 2010 a 2020, BRAPCI e Avaliação Qualis Capes – Quadriênio 2013-2016.

Assim, o periódico científico eletrônico, em acesso livre, é uma das expressões do crescimento de Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs) que viabiliza

Silva, Luiz Carlos. da, et al. "Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação". *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

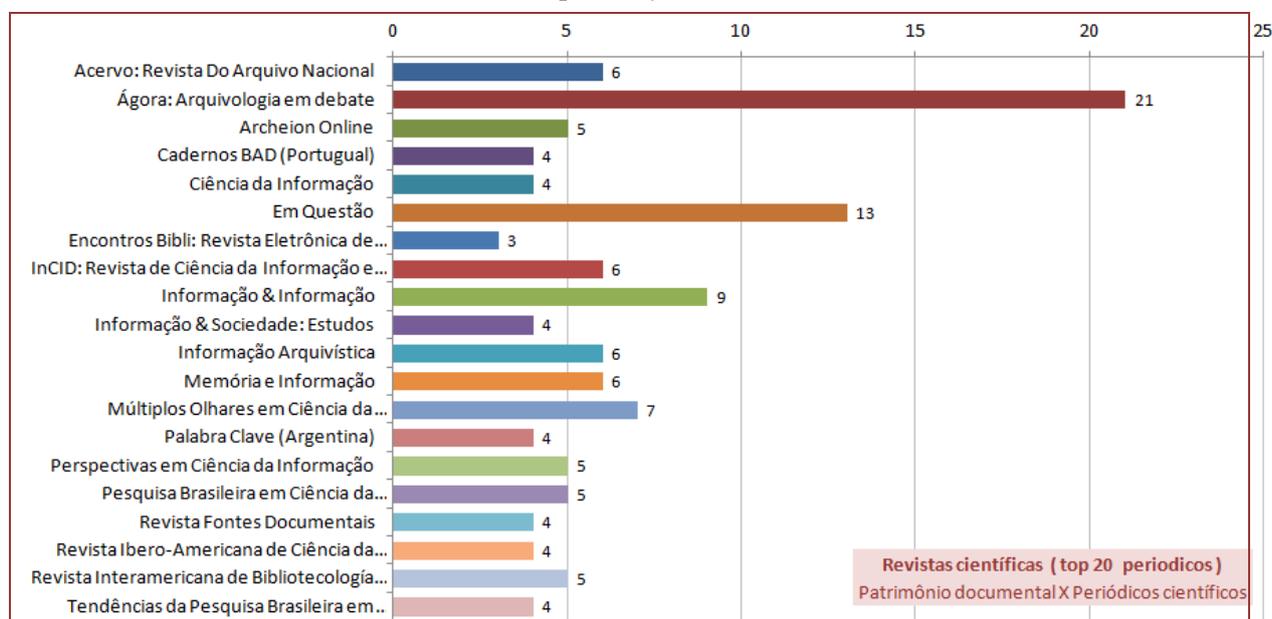
maior difusão das informações e permite a ampliação e a consolidação de um novo estilo de produção do conhecimento de alta relevância social – na medida em que permite ampliar o acesso à informação por parte de grupos excluídos ou em situação de vulnerabilidades diversas.

A Tabela 3 reporta às principais revistas e à quantidade de publicações (três ou mais artigos) encontradas no âmbito da BRAPCI sobre a temática da investigação, conforme a Classificação Qualis/Capes (Quadriênio 2013-2016) – Área Comunicação e Informação.

Os itens com duas ou mais publicações, apontados na Tabela 3, mostram difusão de estudos sobre patrimônio documental; em geral há um destaque para revistas classificadas como A1 e A2 (44 artigos) e as revistas B1 (56 publicações), sendo esses o essencial núcleo de acolhida do tema – o que situa 59,2% das comunicações.

Já o Gráfico 2 contempla títulos dos principais periódicos e em quantidade de respectivos itens documentais encontrados neste estudo, com ênfase aos 20 que mais publicaram artigos sobre estudos bibliométricos de 2010 a 2020.

Gráfico 2 – Principais periódicos que representam ‘patrimônio documental’ em número de publicações



Fonte: os autores, com base em dados recuperados na BRAPCI (2010 a 2020).

A partir de um total de 169 artigos, considera-se a análise a seguir de três títulos: ‘Ágora: Arquivologia Em Debate’, ‘Em Questão’ e ‘Informação & Informação’ – de periódicos ativos indexados na BRAPCI, que subsidiam e favorecem o desenvolvimento da Silva, Luiz Carlos. da, et al. “Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação”. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

produção científica envolvendo a ‘ambientude’ do patrimônio documental. Após isso, traz-se à tona a discussão e reflexão a respeito da *praxia* de pesquisadores (e respectivas instituições) na propagação da temática.

4.1 Ágora (Florianópolis): Arquivologia em Debate

A revista *Ágora* (ISSN 0103-3557) foi criada no ano de 1985 e nasce com a marca de ser a primeira publicação científica e específica de Arquivologia no país e na América Latina. Esse é um periódico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tem periodicidade semestral (*Ágora* 2019 p. 1). A revista recebeu os estratos Qualis B1, nas áreas de Comunicação e Informação, na avaliação do quadriênio 2013-2016 da coleta Capes.

A *Ágora* surgiu de uma parceria entre o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e o Curso de Arquivologia da UFSC, e tem por foco a Área de Estudo da CI (*Ágora* 2019 p. 1). Com esse enfoque, a primeira publicação de 1985 se impetrou com apoio de três instituições – o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, a UFSC e a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - AAAPSC (entidade que encerrou as atividades em 2015).

A diretriz do periódico expressa que a *ÁGORA* (entre os antigos gregos designa o local de assembleias) “será um veículo de divulgação e debate sobre os problemas pertinentes ao Arquivo Público e, por extensão, da Memória Catarinense” (Piazza 1985 p. 1).

Analisando os arquivos recuperados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) localiza-se 21 publicações (Tabela 4), com os parâmetros situados na busca por patrimônio documental:

Tabela 4 – Distribuição do número de artigos na Revista *Ágora* conforme a BRAPCI e o tema

Ano	2011 a 2012	2013 a 2014	2015 a 2016	2017 a 2018	2019 a 2020
Quant.	2	6	3	3	7
Artigos	9,5%	28,6%	14,3%	14,3%	33,3%
Quant.					
Autores	3	10	8	6	13

Fonte: os autores, com base na BRAPCI (2010 a 2020). Obs.: total de 21 artigos, jan. 2021.

Cabe observar que os trabalhos com o tema seguem de modo permanente na Revista *Ágora* – o número de pesquisadores sobre o tema mantém a sua constância e especialmente destacam-se publicações com maior número de coparcerias e colaboração (Tabela 4). Assim, Silva, Luiz Carlos. da, et al. “Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação”. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

em uma busca por ‘Patrimônio Documental’ diretamente na *web página* da *Ágora* (campo ‘conteúdo da revista’) localiza-se o quantitativo de 150 itens documentais (na própria página revista). Deste modo, averigua-se que a *Ágora* foca a Área de visibilidade da Administração de Arquivos, Arquivos digitais, Tecnologia da informação, CI, Documentação, Diplomática e Historiografia.

4.2 Revista ‘Em Questão’

O periódico ‘Em Questão’ (ISSN 1808-5245) é uma revista científica da área de Ciência da Informação, tem periodicidade quadrimestral e é publicado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O periódico é publicado desde 2003, em continuidade à Revista de Biblioteconomia e Comunicação, lançada em 1986, e é veiculada em formato eletrônico no modo de acesso aberto (Em Questão 2019 p. 1).

O periódico se dedicou às áreas de Comunicação e Ciência da Informação até 2013. Em 2014, a revista passou por uma importante mudança de escopo, recebendo, a partir daí, apenas textos da Ciência da Informação e áreas correlatas (Em Questão 2019 p. 1). Atualmente, recebe contribuições originais de cunho teórico e empírico em fluxo contínuo, e tem como objetivos: a) difundir a produção científica de pesquisadores de diferentes regiões do País e do exterior; e b) apresentar dossiês temáticos, reunindo a contribuição de especialistas nas suas respectivas áreas.

Dessa forma, a revista contribui com a arquivística no cenário acadêmico brasileiro, aumentando o nível de conhecimento nessa área para um público de pesquisadores, professores, profissionais e estudantes da Ciência da Informação (Em Questão 2019 p. 1). A revista apresenta como qualificação a Classificação Qualis: A2 - Comunicação e Informação. No que tange ao termo ‘patrimônio documental’, recupera-se na BRAPCI 13 itens documentais – totais seguem na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição do número de artigos da ‘Em Questão’ relacionados ao tema patrimônio documental

Ano	2011 a 2012	2013 a 2014	2015 a 2016	2017 a 2018	2019 a 2020
Quant.	1	3	0	4	5
Artigos	7,7%	23,1%	0,0%	30,8%	38,5%
Quant.	1	5	-	6	10
Autores					

Fonte: os autores, com base na BRAPCI (2010 a 2020). Obs.: total de 13 artigos, jan. 2021.

Em suma, o periódico contribui para o alinhamento entre teoria e prática profissional, atendendo à natureza da Arquivologia, bem como da interdisciplinaridade com áreas afins. Essa revista contribui com a disseminação científica e promove a visibilidade dessa temática.

4.3 Revista ‘Informação & Informação’

O periódico ‘Informação & Informação’ (ISSN 1981-8920), iniciado em 1996, é uma revista científica eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), disponível em Open Access, no sistema Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER (Informação & Informação 2019 p. 1).

Informação & Informação é um periódico que tem como escopo disseminar a informação científica na área da Ciência da Informação e difundir o diálogo intelectual entre pesquisadores, profissionais e estudantes que atuam em diferentes regiões do país e no exterior (Informação & Informação 2019 p. 1). De periodicidade trimestral, o periódico até 2002 foi publicado no formato impresso e, a partir do volume nove (2003), encontra-se exclusivamente no formato eletrônico (Informação & Informação 2019 p. 1).

A revista Informação & Informação aceita artigos com contribuições inéditas em Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e áreas de interface, sejam textos de natureza teórica e epistemológica, que tragam discussões e/ou reflexões político-filosóficas, entre outras opções, para as seções Dossiê Temático, Artigos Livres, Resenhas e Documentos – buscando, assim, incentivar o debate interdisciplinar dos fenômenos concernentes à informação.

Acerca do tema patrimônio documental, recupera-se na BRAPCI nove itens documentais – totais conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição do número de artigos na Informação & Informação na pauta temática

Ano	2011 a 2012	2013 a 2014	2015 a 2016	2017 a 2018	2019 a 2020
Quant.	0	1	2	4	2
Artigos	0,0%	11,1%	22,2%	44,4%	22,2%
Quant. Autores	-	2	4	12	3

Fonte: os autores, com base na BRAPCI (2010 a 2020). Obs.: total de nove artigos, jan. 2021.

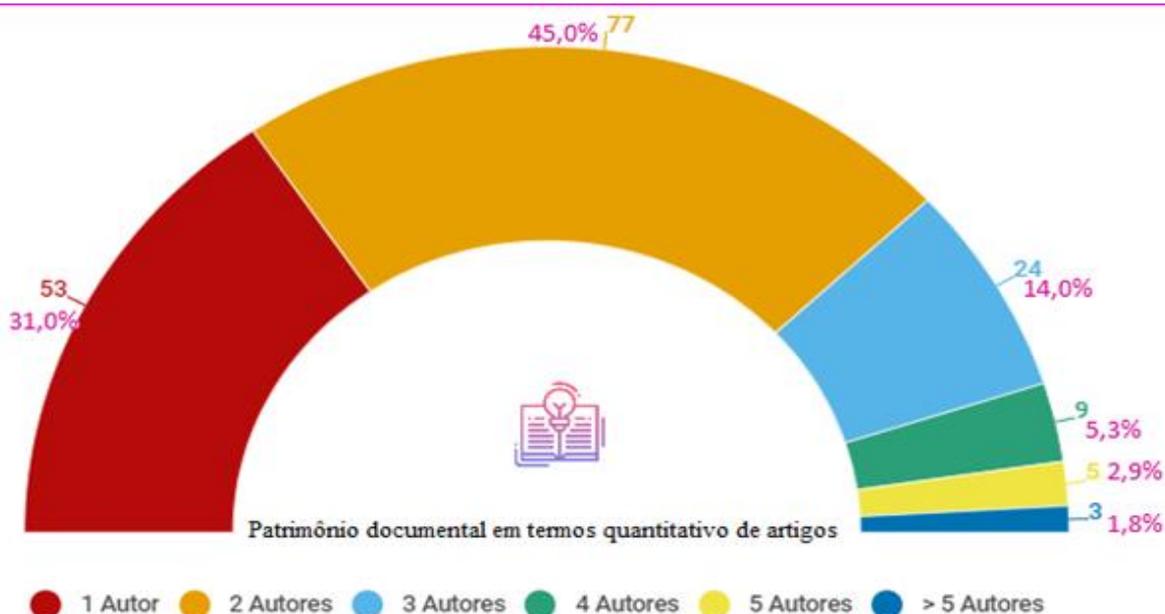
A revista teve em seu percurso de vida várias edições temáticas e especiais (números comemorativos); em 2018, por exemplo, houve chamadas para publicação direcionada ao “Estado da arte da pesquisa em Arquivologia” – tal temática buscou pautar a realidade dos arquivos no presente e suas perspectivas de desenvolvimento no futuro, contemplando, ainda, os debates no âmbito dos documentos digitais.

4.4 Praxia e Particularidades em Pauta

Outras mudanças também acenam nesse palco, seja na capacidade de recuperar registros na base de dados, seja no potencial criativo, agregador e transformador que os fundos documentais (patrimônio documental) apresentam.

Assim, na ilustração a seguir (Gráfico 3), pode-se situar o percentual de comunicações científicas que situam a temática do estudo, em termos quantitativos de pessoas envolvidas.

Gráfico 3 – Expressão da autoria e coautoria na produção acadêmica



Fonte: os autores, com base nos dados 169 artigos (2010 a 2020) localizados na BRAPCI; jan. 2021.

Observa-se, assim, pela busca e organização dos artigos localizados na BRAPCI, uma mudança em prol da ciência aberta e na construção de redes de colaboração; esses dois elementos representam questões que pautam a qualidade e as interações (colégio invisível) rumo a investigações de maior impacto conceitual e prático na literatura científica mundial.

Ainda, observa-se que a temática ‘patrimônio documental’ é pouco explorada na pós-graduação brasileira na área de CI e a BRAPCI recupera apenas 16 estudos com tal temática no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Estranha-se ainda que existam três grupos de pesquisa no Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o que referencia um potencial para crescimento nas esferas do fazer–saber científico nacional.

Nessa multiplicidade de 169 itens documentais, há história, praxia e particularidades de muitos lugares de memória. Destaca-se um “interesse crescente pelo patrimônio documental corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas” (Prochasson 1998 p. 109). Logo, nesse âmbito, a ilustração (Tabela 7) a seguir mostra o interesse dos autores, após a consulta *online* na plataforma *Currículo Lattes*, que desenvolveram mais publicações sobre a temática ‘patrimônio documental’. Desse modo, é possível traçar um painel relativo à titulação e à instituição de origem dos pesquisadores.

A Tabela 7 situa os dez autores mais produtivos no tema patrimônio documental e, nesse rol, situam-se alguns núcleos de pesquisa. Os dez pesquisadores mais prolíficos são responsáveis por 36 comunicações científicas, que representa 21,30% do total. Entre os 45 periódicos que acolheram os trabalhos se destacam as revistas *Ágora*, *Informação Arquivística*, *Informação & Informação*, além da revista *Memória e Informação*, que destaca a seguinte consideração:

As investigações sobre patrimônio documental e bibliográfico vêm assumindo protagonismo cada vez maior no campo acadêmico nacional e internacional. Concomitantemente, em universidades e programas de pós graduação, essa temática tem se apresentado como objeto de pesquisa em número crescente de trabalhos. Essa riqueza de informação se agrega [...] aos impactos, as conexões, as contradições e as relações operadas nas diversas e frutíferas abordagens que o debate sobre patrimônio bibliográfico e documental pode suscitar ao campo acadêmico [...] (Casa de Rui Barbosa 2020 p. 1).

Os trabalhos dos dez autores mais produtivos demonstram os anos de 2018 e 2020 como os de maior produção. No ano de 2018, há nesse grupo um rol de oito publicações.

Tabela 7 – Perfil dos autores mais produtivos conforme titulação e instituição

AUTOR	Artigos	Titulação	Vínculo	Instituição
FLORES, Daniel	19	Doutor em Ciência da Informação / UFRJ, BR	Docente da Graduação e PPGCI/UFF e no curso de Arquivologia	Universidade Federal Fluminense, UFF, BR.
BAPTAGLIN, Leila Adriana	5	Pós-Doutora em Ciências Humanas UNESR, VEN	Docente permanente PPGCOM e PPGE/UFRR	Universidade Federal de Roraima, UFRR, Brasil.
ROSA, Tatiana Costa	5	Mestre em Letras / UFRR, BR	Servidor Técnico-Administrativo IFRR / Arquivista	Instituto Federal de Roraima, IFRR, BR.
LIMA, Eliseu do Santos	4	Mestre em Patrimônio Cultural / UFSM – BR	Servidor Técnico-Administrativo na UFFS / Arquivista	Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, BR
SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da	3	Pós-Doutorado-Sênior em Ciência da Informação / IBICT	Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / PPGCI-UFBA	Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, UFBA, BR.
PEREZ, Carlos Blaya	3	Doutor em Documentação / USAL, ES	Docente da graduação e PPGCI/ UFSM	Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, BR
OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire	3	Doutora em Letras / UFPB, Brasil.	Docente no PPGCI/UFPB e no curso de Arquivologia e Biblioteconomia	Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
KARPINSKI, Cezar	3	Doutor em História / UFSC, Brasil.	Docente associado ao PPGCI/UFSC e no curso de Arquivologia e Biblioteconomia	Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
HEDLUND, Dhion Carlos	3	Doutorando em História / Universidade de Passo Fundo - UPF	Docente na Universidade Federal do Rio Grande / FURG	Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, FURG, BR.
COSTA, Mauricio Jose Morais	3	Mestre em Cultura e Sociedade / UFMA	Docente do Centro Universitário Dom Bosco / UNDB	Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, UNDB, Brasil.

Fonte: os autores, baseado na BRAPCI.inf (2010 a 2020) e buscatextual.cnpq.br entre 304 autores, jan. 2021.

Nesse período ocorreu o evento da entrega de certificados de inscrição de bens de patrimônio arquivístico e bibliográfico no Registro Nacional do Brasil, do Programa MoW–Unesco e, convenientemente, se repercute o valor do Acervo perdido no incêndio do Museu Nacional, sucedido em 2 de setembro de 2018.

5 Conclusões

Esta pesquisa bibliométrica envolveu um método de análise quantitativa para a pesquisa científica em que se buscou analisar quais são os periódicos na área da Arquivologia e Ciência da Informação que dão visibilidade ao tema ‘patrimônio documental’ e as pertinentes correlações em título, palavras-chave e resumos nas publicações. Pesquisadores relevantes, como Araújo e Alvarenga (2011), reportam que a bibliometria tem um papel relevante para se descobrir os percursos das instituições e da produção científica no país.

Sendo assim, recorreu-se ao Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), onde foram recuperados e identificados 169 artigos publicados (2010 a 2020), em 45 revistas distintas, dando uma diretriz para o foco aos conceitos essenciais à temática do patrimônio documental, com ênfase na definição da Gestão de Bem Patrimonial e também no lugar do patrimônio documental na sociedade contemporânea. Nas questões de ‘patrimonialização do patrimônio’, ou seja, a institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, material e documental, a utilização do patrimônio documental tem importante papel de resguardar um bem e reconstituir saberes.

Verificou-se que os periódicos com maior representatividade na área de patrimônio documental são: a Revista *Ágora - Arquivologia Em Debate*, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com 21 artigos; o periódico ‘Em Questão’, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 13 publicações; e a revista ‘Informação & Informação’, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com nove itens documentais.

Os autores mais produtivos na área de Patrimônio Documental, segundo busca na BRAPCI, são: Daniel Flores, da Universidade Federal Fluminense (UFF), com 19 artigos publicados; a professora Leila Adriana Baptaglin, da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a arquivista Tatiana Costa Rosa, do Instituto Federal de Roraima (IFRR), ambas com cinco publicações; o arquivista Eliseu dos Santos Lima, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com quatro trabalhos publicados nessa área (Tabela 7).

Silva, Luiz Carlos. da, et al. “Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação”. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

Cabe ressaltar que, apesar de vários periódicos não adentrarem nessa base de dados, esta base tem ampliado, significativamente, o número de periódicos e, conseqüentemente, o número de artigos indexados para além do âmbito nacional. Assim, a BRAPCI expande a abrangência e, portanto, reflete no rol da qualidade da indexação da produção científica.

Falar sobre o reconhecimento do patrimônio documental é discorrer sobre a educação em arquivos e a própria Educação Patrimonial – e nisso há múltiplas iniciativas voltadas às técnicas e tecnologias alternativas para a salvaguarda de acervos documentais. Ao encontro dessas percepções, o periódico ‘Memória e Informação’ realizou, em 2020, o dossiê ‘patrimônio bibliográfico e documental’, apontando que tal tema tem alto protagonismo no campo acadêmico nacional e internacional. Nessa perspectiva, o dossiê é dedicado à Fundação Casa de Rui Barbosa pela linha que vem adotando de, aguerridamente, salvaguardar e difundir justamente o patrimônio bibliográfico e documental brasileiro. Outra dedicatória da revista ‘Memória e Informação’ pauta a Fundação Oswaldo Cruz, que representa um dos maiores patrimônios bibliográficos de ciência e de tecnologia do país, e que, coincidentemente, neste ano de efeméride tem ratificado que está cada dia mais viva e ativa, elucidando o poder, a força e a necessidade da Ciência – diz o editor *Ad hoc* (Azevedo p. 2020).

Espera-se que este trabalho desperte interesse em estudos futuros, com vistas a aprimorar este modelo e com a ampliação dos subsídios teórico-metodológicos destinados a apreender o conjunto das tendências das NTICs, que poderão minimizar os efeitos da obsolescência tecnológica e, assim, conforme Schäfer e Flores (2013), garantir a salvaguarda dos diversos patrimônios documentais em formato digital.

Por fim, recomenda-se que sejam realizadas outras pesquisas para averiguar como a temática adentra no currículo dos bacharéis em arquivologia e história pelo país e como o assunto se sobressai em outras bases de dados internacionais.

Referências

Ágora: Arquivologia em Debate. ISSN 0103-355. [Online]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019-. <https://agora.emnuvens.com.br/ra/issue/archive>. Acessado 27 dez. 2019.

Silva, Luiz Carlos. da, et al. “Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação”. *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

- Araújo, R. F., and Alvarenga, L. "A Bibliometria na Pesquisa Científica da Pós-Graduação Brasileira de 1987 A 2007". *Encontros Bibli*, vol. 16, no. 31, 2011, pp. 51-70, <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p51>. Acessado 10 jan. 2020.
- Azevedo, F. C. "Editorial". *Memória e Informação*, vol. 4, no. 2, 2020, pp. 1, <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb>. Acessado 29 jan. 2021.
- Arboit, A. E., and Martins, R. "A Gestão do Patrimônio Documental Arquivístico em Instituições Públicas: Considerações Sobre uma Eficaz Fiscalização". *Aurora*, vol. 7, 2013, pp. 163-176, <http://hdl.handle.net/11449/115416>. Acessado 18 fev. 2020.
- Arquivo Nacional (Brasil). "Memória do Mundo". 2017. <http://arquivonacional.gov.br/br/releases/564-o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo.html>. Acessado 11 fev. 2020.
- Bellotto, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Editora UFMG, 2014.
- Biblioteca Nacional (Brasil). "Memória do Mundo". 2019. <https://www.bn.gov.br/es/explorar/memoria-del-mundo>. 19 Mar. 2020.
- Brasil. "Patrimônio Mundial - Gestão de Documentos e Arquivos". Brasília, DF: Ministério da Cultura. [2014]. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acessado 23 jul. 2020.
- Brasil. Constituição. "Constituição da República Federativa do Brasil". 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado 15 fev. 2020.
- Brasil. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. "Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados". http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acessado 13 mar. 2020.
- Brasil. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências". http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acessado 13 mar. 2020.
- Bufrem, L. S., et al., "Modelizando práticas para a socialização de informações". *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 15, no. 2, 2010, pp. 22-4, <https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000200003>. Acessado 1 abr. 2020.
- Casa de Rui Barbosa. "Notícias: Revista Memória e Informação torna pública a chamada para publicação no dossiê patrimônio bibliográfico e documental". *Fundação Casa de Rui Barbosa*, 2020. http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=9&ID_M=4652. Acessado 29 jan. 2021.
- Costa, R. P. F., et al., "Arquivos Públicos na Base de Dados em Ciência da Informação: um Diagnóstico Bibliométrico na BRAPCI." *Revista ACB*, vol. 25, no. 1, 2020, pp. 60-81. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1639>. Acessado 10 jun. 2020.
- Crivelli, R., and Bizello, M. L. "De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da Unesco". *Anais do 13º Encontro Nacional de*
-
- Silva, Luiz Carlos. da, et al. "Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação". *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

- Pesquisa em Ciência da Informação*, 2012.
<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3936/3059>. Acessado 21 jan. 2020.
- Crivelli, R., and Bizello, M. L. "O lugar do patrimônio documental: Brasília e fundo Novacap." *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 24, no. 2, 2019, pp. 35-53,
<https://www.scielo.br/pdf/pci/v24n2/1413-9936-pci-24-02-35.pdf>. Acessado 29 jan. 2021.
- Em Questão. ISSN 1808-5245. [Online]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/>. Acessado 29 dez. 2019.
- Faria, L. I. L. "Bibliometria – nova apostila" São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciência da Informação, 2015.
- Fonseca, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2 ed. Editora UFRJ; Minc - Iphan, 2005.
- Funari, P. P. A., and Pelegrini. S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Jorge Zahar, 2009.
- Informação & Informação. ISSN 1981-8920. [Online]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2019. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao>. Acessado 28 dez. 2019.
- Merlo, F., and Konrad, G. V. R. "Documento, História e Memória: a Importância da Preservação do Patrimônio Documental Para o Acesso à Informação". *Revista Inf. Inf.*, vol. 20, no. 1, 2015, pp. 26-42, <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acessado 27 jan. 2020.
- Micoud, A. "La Patrimonialisation ou Comment Redire Ce Qui Nous Relie (un point de vue sociologique)". *Réinventer le patrimoine: de la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine?* Éditeur Dans Barrère. Denis L'Harmattan, 2005, pp. 81-96.
- Pendlebury, D. A. *White paper: Using bibliometrics in evaluating research*. 2008.
- Piazza, W. F. "Apresentação". *Ágora: Arquivologia em debate*, vol. 1, no. 1, set.1985, pp. 3,
<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/36>. Acessado 29 jan. 2020.
- Prochasson, C. "Atenção: Verdade! Arquivos Públicos e Renovação das Práticas Historiográficas". *Revista Estudos Históricas*, vol. 11, no. 21, jul. 1998, pp. 105-120,
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064>. Acessado 29 jul. 2019.
- Rodrigues, M. C. "Patrimônio Documental Nacional". *RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação*, vol. 14, no. 1, 2016, pp. 110-125.
- Schäfer, M. B., and Flores, D. "Preservação da Informação Arquivística Digital: Repercussões Para o Patrimônio Cultural". *Em Questão*, vol. 19, no. 1, 2013, pp. 173-186,
<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/27024/31549>. Acessado 28 mar. 2020.
- UNESCO. "Memória do Mundo Diretrizes Para a Salvaguarda do Patrimônio Documental".
 Elaborado por Ray Edmondson. Ed. Rev. 2002. Paris: Divisão da Sociedade da Informação da
-
- Silva, Luiz Carlos. da, et al. "Patrimônio documental no enfoque da literatura científica: um estudo bibliométrico na Base de Periódicos em Ciência da Informação". *Brazilian Journal of Information Studies: Research trends*, vol.15, 2021, e02104. <https://doi.org/10.36311/1940-1640.2021.v15.e02104>

ONU para Educação, Ciência e Cultura, 2002.

<https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salv guarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acessado 19 abr. 2020.

Vanz, S., et al., "A Bibliometria e as Novas Atribuições Profissionais nas Bibliotecas Universitárias".

InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, vol. 9, no. 1, 2018, pp. 4-24.

Copyright: © 2021 Silva, Luiz Carlos. da, Miguel, Miguel C., Costa, Rosa da P. F. da. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 2020-05-08 Accepted: 2021-02-16